

*O Estado de São Paulo,  
Segunda-feira, 2 de agosto de 2004*

## **Ordem no coreto**

### **ELEIÇÕES MUNICIPAIS TÊM CRUCIAIS IMPLICAÇÕES NA ESFERA FEDERAL**

*MARCELO DE PAIVA ABREU*

Um foco de interesse das próximas eleições municipais, especialmente na cidade de São Paulo, tem a ver com as implicações de campanhas e dos resultados sobre a posição dos grandes partidos nas suas rotas de aproximação às eleições presidenciais de 2006. Talvez possa haver alguma esperança de acomodação das divisões internas para que a próxima eleição presidencial seja disputada com base na comparação de programas. E não apenas em efeitos midiáticos ou interpretações tentativas quanto ao efetivo compromisso dos candidatos com seus discursos eleitorais.

Durante os anos no poder, o PSDB caracterizou-se por marcada divisão entre os favoráveis a políticas econômicas ortodoxas e os que prefeririam mais flexibilidade, somada a maior intervenção estatal. O primeiro grupo prevaleceu apenas após interferência presidencial. O PT, por seu lado, não havia dado indícios, até meados de 2002, que tivesse abandonado o mundo das trevas em relação ao que poderia ser a sua política econômica após a vitória. Mesmo após a Carta aos Brasileiros, e as entrevistas dos candidatos com o presidente Fernando Henrique Cardoso para reassegurar os "mercados", permaneceram dúvidas quanto ao Brasil pós-início de 2003. Poucos esperavam postura tão séria do novo governo quanto à política macroeconômica.

Desafiando críticas da oposição e das alas mais radicais da coalizão governista, o eixo Fazenda-Banco Central sustentou o rumo e viu os seus esforços afinal coroados com a reativação da economia.

O que se vê, no entanto, é um quadro político distorcido pelo fato de que, no governo e na oposição, há sérias divergências entre facções tendo como foco a política econômica. Cabem dúvidas quanto à sustentabilidade desta situação verdadeiramente esquizofrênica. Um arranjo que depende de forma continuada da coragem política do presidente Lula combinada à habilidade do ministro Palocci e à competência da equipe econômica corre alto risco de entrar em fadiga. É claro que o simples diagnóstico da distorção está longe de ser condição necessária para a sua correção. Mas há combinações de eventos que podem tornar menos improvável que se ponha alguma ordem no coreto.

Embora ainda possam pairar dúvidas quanto à estabilidade do compromisso do PT com a política econômica responsável, é difícil acreditar que a campanha petista nas eleições municipais deixe de fazer uso dos trunfos relacionados à melhoria do quadro econômico. O corolário dessa postura é pressionar a oposição para que se coloque em atitude antagônica e continue a criticar a política econômica que adotou quando esteve no governo. Caminho

facilitado em São Paulo pelo fato de José Serra nunca ter escondido a sua oposição ao endosso, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, do que então se chamava de "malanismo". Outros setores do PSDB, entretanto, têm avaliação muito mais favorável do desempenho do PT no governo.

Em contraste com a maioria dos outros partidos reformistas mundo afora, o PT apresentava, até 2002, a peculiaridade de combinar em seu programa uma parte reformista efetivamente dirigida para atender aos interesses populares e uma parte macroeconômica sem um nível mínimo de credibilidade. Essa deformação foi obstáculo importante à evolução do partido para tornar-se alternativa efetiva de governo no plano federal como evolução natural de seu bom desempenho no âmbito municipal.

Uma vitória eleitoral nas próximas eleições municipais baseada no uso eleitoral da retomada da economia tenderia a fortalecer a opção por política macroeconômica prudente feita no início do governo. E tornaria provável que a defesa da política macroeconômica tivesse papel importante na campanha presidencial de 2006. O PT ver-se-ia na posição de poder proceder a reestruturação programática para resolver a ambigüidade entre o seu velho programa - que a rigor inviabilizaria suas pretensões a governar o País de forma estável com as suas simpatias pelo calote e pelo financiamento inflacionário de quase tudo - e o programa de fato implementado desde que tomou posse o novo governo.

Esta reestruturação do PT poderia criar as condições necessárias para que se formasse uma coalizão governista reformada, incluindo no seu âmago partes significativas do PT e do PSDB, comprometidos com reforma social e política macroeconômica prudente. Certamente existe espaço para diferentes doses de compromisso de partidos e de facções partidárias em relação às velocidades de mudança almejadas. Mas é importante que o objetivo de manter a estabilidade macroeconômica deixe de ser alvo de controvérsias. Aí sim pode-se pensar em mudar efetivamente a cara do País. À esquerda, tal reestruturação levaria à ejeção de razoável leque de radicais ou pescadores em águas turvas, desde invasores de terras até arautos do calote. À direita, uma coalizão baseada em tais políticas marginalizaria os interesses fisiológicos, preocupados essencialmente na preservação de seus privilégios.

É claro que a temática local também é relevante, em São Paulo e no resto do País, mas as implicações nacionais são cruciais. Uma derrota eleitoral em São Paulo, na ótica nacional, não apenas deixaria de fortalecer a ala modernizadora do PT e poderia colocar a opção macroeconômica prudente sob maior pressão. Permitiria que o PSDB encorpasse as suas críticas à política macroeconômica e defendesse de forma mais radical que fosse dado maior peso a objetivos "desenvolvimentistas". A disputa presidencial de 2006 tenderia a ser dominada por uma competição entre desenvolvimentistas governistas e desenvolvimentistas da oposição. Quadro longe de animador.

-----  
Marcelo de Paiva Abreu é doutor em economia pela Universidade de Cambridge e professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio, em licença sabática.